

1.^a Sessão Legislativa da 7.^a Legislatura
Ata da 13.^a Sessão Ordinária
Realizada em 14 de Abril de 1971
(Quarta-Feira)

Presidência do sr. deputado Wilson Fortes, secretariada pelos srs. deputados Ivo Tomazoni e Quielse Crisóstomo.

A Hora Regimental, é registada a presença dos seguintes srs. deputados: Wilson Fortes, Antônio Costa, Nelson Buffara, Ivo Tomazoni, Quielse Crisóstomo, Domício Scaramella, Rosário Pitelli, Acyr José, Agnaldo Pereira Lima, Arizone Araujo, Alvaro Dias, Antonio Belinati, Antônio Lopes Júnior, Antônio Maciel, Basílio Zanusso, Armando Queiroz, Arthur de Souza, Borsari Neto, Cândido Martins de Oliveira, Emílio Carazzai, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Igo Losso, João Fadel, João Mansur, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Leopoldo Jacomel, Marciano Baraniuk, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Odilon Reinhardt, Ovídio Franzoni, Paulo Camargo, Paulo Poli, Pinto Dias, Sebastião Rodrigues Júnior, Wilson Brandão e Xenofonte Villanueva (44); achando-se ausentes os srs. David Federmann, Nivaldo Krüger e Santos Lima (3).

Verificada a existência de número legal, o sr. Presidente declara aberta a
S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETARIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE — procede à leitura do seguinte
E X P E D I E N T E :

REQUERIMENTOS:

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso regimental, requer, ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do dr. Flávio Zetola, ocorrido hoje pela madrugada nesta Capital.

Foi o dr. Flávio Zetola vereador à Câmara Municipal de São José dos Pinhais no período de 1952 a 1956, Prefeito ao mesmo Município no período de 1959 a 1963 e vereador novamente no atual exercício.

Requer ainda, se dê conhecimento à família enlutada.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1971.

(aa) — Leopoldo Jacomel

Ivo Tomazoni

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a inserção na Ata dos nossos trabalhos, de um voto de profundo pesar, pelo falecimento

do ilustre cidadão Vereador FLÁVIO ZETOLA, ex-Prefeito e vereador por três legislaturas, no município de São José dos Pinhais.

Requer, ainda, que da aprovação dêste se dê conhecimento à família enlutada e ao Poder Legislativo daquele município.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Quielise Crisóstomo da Silva

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que ste subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja consignado na Ata dos trabalhos desta sessão, um voto de congratulações pelo transcurso do 10.º aniversário de fundação da Escola Mercedes Stresser, cujas comemorações nesta data se iniciam.

São dez anos de abnegado e edificante trabalho em benefício de crianças e adolescentes portadores de deficiência mental, objetivando a sua integração social, como criatura humana capaz para o exercício dos misteres exigidos pela própria sociedade.

Juridicamente vinculada à Associação de Assistência ao Psicopata do Paraná, presidida pela sra. Dalila Lacerda, a Escola Mercedes Stresser tem como Diretora a Professora Maria de Lurdes Cañziani e conta com um corpo de Professoras especializadas que desenvolvem notavelmente missão de formação integral das criaturas que, pelos designios do destino, necessitam de sua assistência.

Requer-se, outrossim, seja do presente dado conhecimento à Direção da Escola Mercedes Stresser e ao jornal "Diário do Paraná" que hoje, em brilhante artigo de página gráfica, relata as atividades da mencionada instituição.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER a consignação na Ata dos trabalhos desta Sessão, de voto de congratulações aos jornais "O Estado do Paraná" e "Tribuna do Paraná", e às emissoras de televisão "Iguaçu" e "Tibagi", pelo excelente trabalho que vêm realizando em favor da arte, cultura e divulgação dos acontecimentos regionais, nacionais e internacionais.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Antonio Belinati

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer à douta mesa, após ouvir o Plenário, moção com votos de aplausos pela maneira equilibrada e sensata do exmo. sr. governador HAROLD LEON PERES, face aos injustos ataques que lhe são proferidos por determinada imprensa.

A preocupação maior do exmo. sr. Governador tem sido, acima de tudo, bem governar o Paraná, sem perda de tempo em se preocupar com acusações estereis e infundadas, oriundas dos órgãos de divulgação supra citadas, que fogem de suas reais finalidades que seriam bem informar a opinião pública.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Paulo Poli

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais requer, ouvido o Plenário, seja inserido na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de regozijo pelo fato auspicioso de ter a Petrobrás, segundo noticiário da imprensa nacional, ter determinado a implantação de uma refinaria, em Paranaguá.

Na verdade, tal medida não só vem ao encontro dos anseios do laborioso povo paranaense, como também se justifica pelo enorme consumo aqui verificado, de produtos derivados do petróleo, o qual, juntamente com o do Estado de São Paulo, atinge mais da metade da produção nacional.

Nosso regozijo se torna ainda maior, tendo em vista que o problema ora abordado, o foi por nós, nesta Assembléia, várias vezes, quer como forma de sugestão quer como forma de proposições.

Requer, finalmente, que da manifestação da Casa, se favorável, seja dado conhecimento ao sr. Presidente da Petrobrás, através de expediente próprio.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Nelson Buffara

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

No dia 12 do corrente mês, comemorou-se o 1.º Centenário de instalação do município de Bocaiuva do Sul, berço de figuras exponenciais na vida política e social do Paraná.

Por esta razão, o Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inserção em Ata de voto de regozijo pelo grande acontecimento.

Requer, ainda, que da aprovação dêste, se dê conhecimento às autoridades daquela comuna.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Quielse Crisóstomo da Silva

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a expedição de ofício ao excelentíssimo senhor doutor Haroldo Leon Peres, digníssimo Governador do Estado, solicitando providências no sentido de que o Estado proceda o reajuste das pensões concedidas aos expedicionários da Força Expedicionária Brasileira.

Fixada em Cr\$ 25.00 mensal, a referida pensão já não vem mais atendendo ao fim pela qual foi criada, estando os valorosos integrantes daquela extinta unidade passando sérias privações, após terem colhido para nosso País glórias nos campos da Itália.

O reajuste pretendido poderá minorar a angustiante situação pela qual passam.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Maurício Fruet

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, requer a Vossa Excelência que determine a expedição de ofícios ao excelentíssimo senhor professor Haroldo Souto Carvalho, digníssimo Secretário da Educação e Cultura, solicitando providências no sentido da conservação de vários Grupos Escolares do Estado no município de Londrina, que se encontram em péssimo estado.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Alvaro Dias.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, requer seja expedido ofício ao excelentíssimo senhor Coronel Pérsio Ferreira, digníssimo Secretário de Segurança Pública do Estado, solicitando providências no sentido de dotar a Delegacia de Londrina, de condições materiais para o melhor desempenho de suas funções.

Segundo município do Estado em população e progresso, Londrina se resente da falta de uma melhor estrutura policial para o perfeito cumprimento das funções de segurança pública que o mesmo requer. Há falta de viaturas para locomoção dos policiais em diligências; há ausência de condições de comunicação para o perfeito desempenho do policiamento.

Por tudo isso, se faz necessário um estudo por parte da Secretaria de Segurança Pública, a fim de atender as reivindicações da 12a. Sub Divisão de Polícia.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Alvaro Dias

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e forma regimental, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado ofício ao ilmo. sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando seja construída uma ponte sobre o rio da Areia, na estrada que demanda de Cruz Machado ao município de Pinhão, cuja passagem é feita atualmente por balsa.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Domício Scaramella

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, atendendo requerimento do vereador Ilceu Paulo Gaertner, aprovado pela Câmara Municipal de União da Vitória, seja encaminhado ofício ao exmo. sr. Secretário da Fazenda, no sentido de que se estude a possibilidade da instalação de uma Agência de Rendas Estaduais no Distrito de São Cristovão, em virtude do referido Distrito estar situado a sete quilômetros de distância de União da Vitória, por via rodoviária, e contar com um terço da população deste Município, sete indústrias de madeira e beneficiamento, duas olarias e duas casas comerciais.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Domício Scaramella

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer o encaminhamento ao exmo. sr. ministro Júlio Barata, da Pasta do Trabalho e Previdência Social, de expediente encarecendo a urgente necessidade de construir o prédio próprio para a Agência do Instituto Nacional de Previdência Social, do município de Paranavaí, sobre terreno doado e devidamente escriturado pela municipalidade local.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Wilson Fortes

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais, requer seja encaminhado ao exmo. sr. Ministro das Comunicações apêlo no sentido de ser construída a sede dos Correios e Telégrafos, na sede do município de Paranavaí.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Wilson Fortes

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, nos termos regimentais e após ouvido o

Plenário, REQUER à Vossa Excelência que determine a expedição de ofício ao excelentíssimo senhor engenheiro Walfrido Strobel, digníssimo Secretário dos Transportes, solicitando prioridade e urgência na construção asfáltica da rodovia Mauá-Ivaiporã, que passa pelo município de Jardim Alegre.

A referida rodovia, hoje constituída de terra batida, vem se tornando em obstáculo no desenvolvimento da região, apesar da enorme produção de cereais e rebanhos que ali se concentram. Na Lei Orçamentária para este ano foi consignada dotação especial para esse fim, mas nada de concreto ainda se realizou por parte do D.E.R. Por outro lado, sabe-se que o Ministério dos Transportes está vivamente interessado na pavimentação dessa rodovia, tendo o ministro Mario Andreazza já prometido uma ajuda substancial do Governo da União, caso a mesma seja iniciada pelo Governo paranaense.

Por tudo isso e porque a mesma se constituirá na fonte geradora da grande produção que ali se concentra, é que solicitamos urgência à Secretaria dos Transportes, nos estudos para o asfaltamento dessa rodovia.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Antonio Belinati

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER, à Vossa Excelência que determine a expedição de ofícios aos excelentíssimos senhores ministro Jarbas Passarinho, da Educação e Cultura; governador Haroldo Leon Peres e professor Haroldo Souto Carvalhido, Secretário de Educação e Cultura do Estado, solicitando a criação das Faculdades de Engenharia e Educação Física na cidade de Londrina.

Cidade Universitária e centro de uma das maiores áreas populacionais do Brasil, Londrina se ressentida da falta daquelas escolas de ensino superior. Com isso, centenas de jovens partem anualmente para Curitiba, São Paulo e outras cidade brasileiras em busca de referidos cursos, isto quando, naturalmente as condições financeiras dessas famílias permitem o deslocamento de seus filhos. Os menos favorecidos ficam privados da concretização de seus cursos.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Antonio Belinati

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja expedido ofício à Diretoria da Companhia Paranaense de Energia Elétrica no sentido de que seja estendida energia elétrica ao Patrimônio Santo Antonio, município de Itambé.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1971.

(a) — Rosário Pitelli

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente, REQUER seja encaminhado ofício ao senhor Ewaldo Vita, Diretor Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., solicitando a instalação de uma agência bancária daquela organização no município de Céu Azul, pelos motivos que vão abaixo especificados:

1.º — O Município conta hoje com aproximadamente trinta mil habitantes e não possui nenhuma agência bancária.

2.º — É um Município essencialmente agrícola, produzindo trigo e soja em larga escala. Além da diversificação de culturas, totalmente mecanizadas, possui, também, indústrias de óleo, tecelagem e madeireiras.

3.º — Conclui-se pelos motivos acima enumerados, das reais necessida-

des da criação de uma agência do Banco do Estado do Paraná em Céu Azul, pois é inadmissível que os agricultores, industriais, comerciantes e depositantes daquela comunidade não disponham de um banco, onde possam movimentar seu dinheiro e estabelecer as suas operações de crédito, tendo que se locomoverem a várias dezenas de quilômetros, até a cidade mais próxima, que tenha uma agência bancária.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Odilon Reinhardt

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER seja oficiado à COPEL (Companhia Paranaense de Eletricidade), no sentido de que seja ampliada a rede de distribuição de energia elétrica da sede do município de Capanema, haja visto que a rede atual abrange somente 25% da cidade, ficando 3/4 da mesma às escuras pelo déficit de energia e rede de distribuição apresentado, em decorrência do vertiginoso aumento populacional registrado nos últimos anos. Tal fato vem impedindo o desenvolvimento econômico e industrial da cidade, pois a expansão demográfica, que sobe em progressão geométrica, vem de encontro ao déficit energético apresentado, ocasionando, dessa maneira, uma estagnação ao progresso da cidade e da região.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Odilon Reinhardt

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, seja encaminhado ofício à COPEL (Companhia Paranaense de Eletricidade), solicitando daquele Órgão a instalação de luz elétrica no Distrito de Vera Cruz, município de Céu Azul.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Vera Cruz, criado em Junho de 1.967, tornou-se, nestes quatro anos de existência, um dos núcleos mais populosos da produtiva região de Céu Azul. Distanto, apenas, 12 quilômetros da sede do Município, onde está sendo feita, atualmente, a remodelação da rede elétrica nada mais razoável seria do que o aproveitamento do material e do pessoal técnico, que lá já se encontra, para a instalação da rede elétrica até Vera Cruz, evitando assim gastos futuros e suprimindo as necessidades prementes daquele populoso Distrito do Oeste Paranaense.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER seja oficiado ao senhor Ewaldo Vita, diretor presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que seja instalada uma agência do Banco do Estado na cidade de São Miguel.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Odilon Reinhardt

JUSTIFICATIVA:

São Miguel do Iguaçu, sendo um dos municípios mais populosos do Sudoeste paranaense, com uma produção agrícola das mais expressivas e com um comércio bastante intenso, não possui sequer uma agência bancária, o que vem trazendo graves problemas para aquela região; pois seus habitantes,

além de perderem tempo, horas de trabalho, viajando a outras praças, para realizarem suas operações bancárias, são ainda forçados a carrear riquezas para outros centros, onde vão movimentar suas contas, estabelecer suas relações de crédito, causando assim, involuntariamente, a descapitalização de São Miguel que tem tudo para ser um dos municípios mais ricos do Paraná.

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer, ouvido o Plenário, seja fixado em cinco (5) membros a composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, em virtude de não ter sido ainda constituída.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Erondy Silvério

R e q u e r i m e n t o

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, nos termos regimentais, requerem a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de 5 (cinco) membros, destinada a, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, investigar e apurar irregularidades existentes nos serviços de transportes coletivos e carros de praça, municipais e intermunicipais.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(aa) — João Mansur — Borsari Neto — Jorge Sato — Xenofonte Villanueva — Antônio Lopes Júnior — Acyr José — Fabiano Braga Côrtes — Rosário Pitelli — Marciano Baraniuk — Basílio Zanusso — Gilberto Carvalho — Odilon Reinhardt — Paulo Poli — Armando Queiroz — João Fadel — Ovídio Franzoni — Pinto Dias — Lázaro Dumont.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

Projeto de Resolução n.º 4/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R e s o l v e :

Art. 1.º — O Título IV — da Emenda à Constituição — Capítulo Único — Da Elaboração, do Regimento Interno, passa a vigorar com a redação seguinte:

“Art. 197 — Recebida e publicada a proposta, será aberto o prazo de três (3) dias para o oferecimento de emendas.

Art. 198 — A Assembléia constituirá Comissão Especial, composta de cinco (5) membros, com prazo de vinte (20) dias, destinada a opinar sobre a proposta e as emendas oferecidas no prazo do artigo anterior.

Art. 199 — Recebido e publicado o parecer da Comissão, serão a proposta e respectivas emendas incluídas na Ordem do Dia.

§ 1.º — A votação será feita pelo processo simbólico, considerando-se aprovada a proposta ou emenda que obtiver dois terços dos votos dos membros da Assembléia.

§ 2.º — Durante cada discussão os deputados poderão falar uma única vez, pelo prazo de trinta (30) minutos e, pelo prazo de dez (10) minutos, para encaminhamento da votação.

§ 3.º — Proposta e emenda aprovadas, retornarão à Comissão Especial para elaborar a redação final.

§ 4.º — Aprovada a redação final será a Emenda promulgada pela Mesa da Assembléia, com o respectivo número de ordem.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Wilson Fortes

PROJETOS DE LEI:

Projeto de Lei n.º 27/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública a Associação de Assistência aos Psicopatas do Paraná, entidade mantenedora da Escola Mercedes Stresser.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Cândido Martins de Oliveira

JUSTIFICATIVA:

A Escola Mercedes Stresser é uma Escola particular de caráter filantrópico, vinculada juridicamente à Associação de Assistência ao Psicopata do Paraná, que há 10 ininterruptos anos vêm prestando inestimáveis serviços à educação de escolares excepcionais no Paraná.

Sob a dedicada direção da ilustre presidente da Entidade, sra. Dalila de Castro Lacerda e a segura orientação pedagógica da Prof.ª Maria de Lourdes Canziani, a Escola Mercedes Stresser é considerada um estabelecimento modelo no País, educando em toda a plenitude 200 alunos, através dos serviços médico, de fisioterapia, de terapia de linguagem, de psicologia, de odontologia e do serviço social e, acima de tudo, pelo abenegado e carinhoso trabalho de suas mestras.

Assim sendo contamos com o apoio dos nobres Senhores Deputados para este projeto de lei, certo de que esta é a parcela de contribuição do Poder Legislativo ao trabalho cristão e humano desenvolvido pela Associação de Assistência aos Psicopatas do Paraná, através da sua Escola Mercedes Stresser.

Projeto de Lei n.º 28/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Escola Normal Colegial no município de Indianópolis.

Art. 2.º — As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta da verba própria consignada no Orçamento Geral do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Wilson Fortes

Projeto de Lei n.º 29/71

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a transferir à responsabilidade do Departamento de Estradas de Rodagem, para efeito de conservação e melhoria, a estrada que liga o município de Primeiro de Maio a Sertãoópolis, em um trecho aproximado de 30 quilômetros.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Rosário Pitelli

JUSTIFICATIVA:

A presente lei tem por objetivo propiciar melhores condições de tráfego a estrada municipal que liga estes dois importantes centros produtores, com uma extensão aproximada de 30 quilômetros entre os municípios de Sertãoópolis e Primeiro de Maio. A estrada existente tem um tráfego cada vez mais intenso devido a produção agrícola daquelas regiões.

Com a sua estadualização, poderá a mesma ser retificada encurtando em

muito o trajeto atual, além disso, os poderes executivos municipais vêm onerados os cofres públicos com a manutenção exigida pelo intenso tráfego rodoviário, que deixou de ser local para ser regional.

Pelo exposto, submetemos à apreciação dos nobres Pares com assento nesta Casa.

Projeto de Lei n.º 30/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — É declarado de utilidade pública o CONSELHO LONDRINENSE DE ASSISTÊNCIA À MULHER, sediado em Londrina.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de abril de 1.971.

(a) — Lázaro Dumont

JUSTIFICAÇÃO: — Trata-se de entidade de direito privado, com personalidade jurídica, da cidade de Londrina, que tem por fim promover, por todos os meios ao seu alcance, o atendimento à mulher em todas as fases de sua vida. São inúmeros e relevantes os serviços prestados por essa benemérita instituição, não só à mulher, mas, também, à própria sociedade londrinense, tornando-se, por isso, criadora da medida que ora se propõe.

Projeto de Lei n.º 31/71

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

D e c r e t a :

Art. 1.º — Fica concedida a Cidadania Honorária do Paraná, ao Professor DOUTOR H. C. HERMANN MATHIAS GOERGEN.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1.971.

(a) — Fabiano Braga Côrtes

JUSTIFICATIVA:

Tendo fugido da Alemanha, ao tempo da ascensão de Adolph Hitler ao Poder, o professor Goergen asilou-se no Brasil, onde permaneceu por longos anos, lecionando inclusive em Faculdades brasileiras. Aprendeu o idioma português, que fala fluentemente. Permaneceu no Brasil até o fim da guerra mundial, retornando à sua Pátria para reassumir importantes cargos na administração pública da República Federal da Alemanha. Desde então, tornou-se um verdadeiro representante diplomático do Brasil em seu país, carreando através do seu prestígio, todo o tipo de ajuda possível para o nosso País. Em todos os setores de nossas atividades sócio-econômicas, onde a ajuda da Alemanha Federal se fez presente, podemos constatar a participação efetiva do professor Goergen. Aqui no Paraná são inúmeros os empreendimentos de caráter social, religioso e econômico que receberam a atenção especial do nosso proposto. Os laços de amizade teuto-brasileira se fortaleceram e continuam a se fortalecer, mais ainda, graças à atuação dinâmica do professor Goergen junto ao Governo alemão. Manteve durante dez anos a responsabilidade da edição dos Cadernos Teuto-Brasileiros, defendendo e difundindo a posição do Brasil em todos os campos. Ainda agora permanece como verdadeiro baluarte na defesa dos nossos interesses, quando nossa imagem no exterior é deturpada. O Paraná tem merecido do professor Goergen desmedidas atenções. Em função do seu trabalho pelo Paraná, a nossa Universidade Federal concedeu-lhe o título de Doutor Honoris Causa e a Câmara Municipal de Curitiba outorgou-lhe o título de Cidadão Curitibano.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito para o Pequeno Expediente, sr. deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Notícia das mais alvissareiras para nós, paranaenses, foi estampada nos principais jornais do Rio de Janeiro e São Paulo, na sexta-feira última, 9 do corrente, de que a Petrobrás anunciava o início de uma Refinaria de Petróleo no Paraná, ainda este ano.

Sobre este assunto, por três vezes, estivemos nesta tribuna, em termos de proposições ou sugestões, encaminhando apelos ao Presidente da Petrobrás, naquela oportunidade, reivindicando esta medida de tanto alcance para a economia de nosso Estado.

A Petrobrás anuncia, agora, o início da construção de uma Refinaria de Petróleo no Paraná, mais precisamente em Paranaguá, por entender que o Paraná, somado a São Paulo, consome mais de 50% da produção nacional de derivados de petróleo. Assim, por inteira justiça e direito, o Paraná será aquinhoado, nos próximos quatro anos, com o término desta Refinaria que terá objetivo dos mais interessantes para o povo do Paraná.

Entre outras coisas, diz a nota publicada pelos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo: "A Petrobrás iniciará a construção de uma refinaria em Paranaguá, ainda este ano, para atender um aumento previsto no consumo de derivados na região centro-sul do País, de 200 mil barris diários até 1975, quando estará concluída. A nova unidade será instalada especificamente no Paraná, por constituir, com São Paulo, o maior mercado consumidor do País.

O Paraná, juntamente com São Paulo, consome atualmente mais da metade da produção nacional de derivados ou seja, cerca de 250 mil barris diários.

Os técnicos da Petrobrás e do CNP, prevendo um aumento de 300% do consumo até 1981, elaboram um projeto no sentido de que o ritmo da produção acompanhe o de consumo. A primeira etapa será executada até 1.978, a fim de que em 1.981, portanto daqui a dez anos, o mercado interno esteja suprido suficientemente.

PARANÁ: UMA SOLUÇÃO

A construção de uma refinaria de grande porte no Paraná, (Paranaguá) que deverá processar cerca de 200 mil barris diários, é uma das soluções apontadas.

A Refinaria de Paranaguá permitirá o suprimento de uma área de amplo consumo, assim como a liberação de capacidade das refinarias de Cubatão (120 mil barris), Capuava (31 mil) das de Duque de Caxias e Alberto Pasqualini (Porto Alegre), as duas últimas reservando cerca de 100 mil barris diários da sua produção para São Paulo e Paraná. Isto permitirá atender ao aumento de demanda em São Paulo, através não só das reservas com ampliações que vêm sendo feitas em Cubatão, que até 1.972 produzirá 170 mil barris diários.

LOCALIZAÇÃO DA REFINARIA

Informa o matutino "Fôlha da Manhã", editado na Capital paulista, na edição de 9 do corrente: "ainda não foi escolhido o terreno em que será instalada a refinaria, mas os técnicos acreditam que até o final do ano ela começará a ser construída, pois o prazo médio de sua construção é de quatro anos e as necessidades de consumo na área são imediatas. A grande extensão do território nacional, informam os técnicos da Petrobrás, que ainda comporta novas unidades em algumas regiões, determinando a decisão de construir uma nova refinaria ao invés de ampliar as grandes áreas deficitárias no suprimento de derivados deve entender para a construção de mais refinarias. A ampliação das já existentes seria solução a curto prazo. A médio e longo prazos, a Petrobrás construirá várias outras refinarias no território nacional.

ÁREAS ECONÔMICAS

Dentro da atual política a Petrobrás elabora um plano com o objetivo de dar solução para manter auto-suficientes as áreas econômicas. A análise do crescimento do consumo demonstrou maior superioridade para a região Cen-

tro-Sul. A Norte-Nordeste é atualmente suprida pelas refinarias de Mataripe, na Bahia, e uma de pequeno porte, em Manaus. Para os técnicos da empresa, até 1.976, estas duas refinarias estarão abastecendo o mercado norte-nordestino, e não só mantendo-o auto-suficiente segundo a política da Petrobrás, como tem proporcionado excedente para o Sul. A segunda etapa do projeto prevê a construção de uma refinaria também no Nordeste, o que poderá ser modificado segundo o programa de transporte e distribuição. O cronograma da primeira etapa estará concluído até mês de maio, próximo vindouro”.

Sr. Presidente, srs. Deputados, em função disso, estamos oferecendo um requerimento nos seguintes termos: (Lê)
“Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer, ouvido o Plenário, seja, por intermédio da douda Mesa, encaminhado expediente ao exmo. sr. Ministro do Interior, no qual se expresse a discordância desta Assembléia Legislativa às palavras de S. Exa., à imprensa de São Paulo, contrárias à implantação da Zona Franca de Foz do Iguaçu, sob a alegação de que aida éia é válida, mas não deve ser executada agora, ante a necessidade de fortalecer e preservar a Zona Franca de Manaus, a qual, diz S. Exa., “em apenas três anos de implantação, exatamente agora está dando seus melhores frutos, haja visto o crescente volume de exportação de manufaturas paulistas para aquela região”, acrescentando ainda, diz o jornal, que a criação de outra Zona Franca poria em risco os sucessos obtidos na Amazônia.

A discordância, data vênha, tem fundamento no fato de que uma Zona Franca está localizada no Extremo Norte do País e a outra no Extremo Sul, o que, por si só, não acarretará concorrência de uma para outra, mas evitará sim, — a criação da Zona Franca de Foz do Iguaçu, — a evasão de divisas para países vizinhos.

Sala das Sessões, em 14 de abril de 1971”.

Sr. Presidente, srs. Deputados, para Paranaguá esta medida sintetiza a emancipação de um povo que vive tão somente de exportação. A refinaria, se implantada em Paranaguá, como é nosso pensamento, é de capital importância para a sobrevivência de Paranaguá, que sofre com a falta de mão de obra para os vários sindicatos. E com a implantação dessa refinaria esse problema não mais existirá.

Era so, sr. Presidente. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência tem a honra e a satisfação de anunciar, neste Plenário, as presenças dos srs. Prefeito Municipal de Munhoz de Melo e do sr. Vereador de Astorga.

Concedo a palavra ao sr. deputado Sebastião Rodrigues, segundo orador inscrito.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Assisti com atenção os debates que ontem se realizaram nesta Casa, acerca da posição da imprensa do Estado do Paraná.

Tenho srs. Deputados, pela liberdade de imprensa, um profundo respeito, pois entendo como condição vital para se identificar uma democracia.

Respeito as opiniões divergentes. Entendo que a imprensa, sobretudo a imprensa política, tratando do fato político, suscite paixões, suscite discordâncias, e que seja uma imprensa onde, comumente, ocorrem excessos.

Mas, estou convencido de que entre uma imprensa com liberdade e com excessos, eu a prefiro a uma imprensa sem excessos, mas também sem liberdade.

Particularmente, entendo que a imprensa do Paraná é uma das mais moderadas. As divergências que hoje surgem em torno dela, nascem da posição de um jornal, ou mais precisamente do “O Estado do Paraná” e da “TV — Iguaçu, Canal 4”. Tem essa imprensa publicado diariamente notícias que

desagradam ao Governo. O que fazer, srs. Deputados, se isso é implícito, se isso é decorrente da própria democracia?

Entendo eu ser esse um direito de "O Estado do Paraná". Entendo mais, que ele presta um serviço à coletividade paranaense, informando aquilo que o Governo faz de certo e criticando aquilo que o Governo faz de errado.

Teve o sr. Haroldo Leon Peres toda a imprensa, ou grande parte dela, para publicar seu relatório de 31 de março; teve também um Canal de televisão para transmitir, em "Video-Tape" a sua fala nesta Casa.

É preciso também que a oposição tenha seus órgãos publicitários, tenha condições de nele expor também seus pontos de vista, pois, afinal de contas, a oposição tem um papel dentro da democracia, tem um papel de relevante valor nos Estados onde existe realmente liberdade.

Ainda ontem, esse debate apaixonou esta Casa. O nobre Deputado Paulo Poli, com aquele seu cavalheirismo, com aquela sua elegância, compareceu a esta tribuna e, aqui tomando posição sobre a matéria, leu, inclusive, uma carta de um prefeito do interior, que cancelava sua assinatura de "O Estado do Paraná". Compreendo o ponto de vista do sr. Prefeito, mas é natural que isso ocorra, repito, pois o clima é de liberdade.

Por outro lado, quero dizer ao nobre Deputado, que compensei o cancelamento daquela assinatura, fazendo outra hoje; é isso mesmo, um cancela, outro faz, essa é a vida natural, esse é o clima que a imprensa livre propicia. Uns concordam, outros discordam. O problema da discordância está implícito no sistema que nos vivemos.

Vejam os srs. Deputados que o sr. Governador do Estado tem um critério de avaliação diferente do nosso. Nomeou seu irmão para um cargo público. Considero de péssima ética administrativa o fato.

Mas é um direito do Governador nomear o irmão. Eu discordo. Discordo que isso seja de boa ética, discordo, talvez, porque servi durante muitos anos a uma casa, como o Banco do Brasil, em que não é permitido que o gerente realize qualquer operação com parentes e familiares seus. Vejam que a ética que eu proponho, não é minha, existe alguém que a põe em prática. O Banco do Brasil está adotando.

Mas, não vai nisso qualquer restrição ao sr. Governador por nomear seu irmão. Acredito que o irmão de S. Exa. deve ser bem dotado como é S. Exa., mas crítico, sinceramente, sua falta de ética, crítico e lamento mesmo que isso tenha ocorrido.

Sr. Presidente, apenas esses breves registros ueria trazer a esta Casa neste Pequeno Expediente. Faço isto porque sinto-me na obrigação de também dar minha opinião sobre tão momentoso assunto que implica praticamente na restrição da liberdade de imprensa e nosso Estado.

Cumprimento "O Estado do Paraná", cumprimento a TV-Iguaçu, que estão prestando um grande serviço ao nosso Estado, levando ao conhecimento de todos aqueles que aqui vivem e trabalham os fatos administrativos, os fatos bons e os fatos maus.

Comentei uma vez e faço-o aqui de novo, que a imprensa tem papel relevante desde que seja em um clima de liberdade. Como ao Governo nunca faltará imprensa alguma, ou alguém, ou um órgão, ou um jornal ou uma televisão que dê publicidade a seus efeitos, ao Governo também não pode deixar de existir alguém que publique as críticas, sobretudo quando fundadas que contra ele se fizer.

Renovo aqui os meus cumprimentos à imprensa do Paraná. Acho que ela está bem posta nas condições vigentes. Cumprimento a todos os srs. Deputados que por aqui passaram e deixaram sua opinião, porque divergir é um direito que todos têm. Respeitamos a posição dos homens e respeitamos a posição da imprensa porque, em última instância, ela representa a discordância natural entre todos. Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, sr. deputado Antonio Costa

O SR. ANTONIO COSTA — Sr. Presidente, srs. Deputados.

É quase que envergonhado que venho a esta tribuna, hoje, para dizer do desprestígio que a imprensa da minha terra está causando ao Poder Legislativo porque, em vez de informar a verdade, ela assim, não faz, ela distorce, ela leva a notícia ao clima pessoal desprestigiando um dos nossos Pares, o deputado Villanueva, levando isso a um caráter pessoal, caráter de problemas físicos pessoais, problema de vaidade do homem, peculiar a todo ser humano.

Tive o desprazer de assistir na Televisão Iguazu — Canal 4 um verdadeiro desprestígio aos Deputados desta Casa, aos Deputados que, eleitos pelo povo, vieram cumprir sua obrigação de legislar, de dar condições ao Governo para que possa realizar obras que projetam nosso Estado no cenário nacional.

Essa imprensa se contradiz. Ela hoje publica um pronunciamento de um Deputado, não o fazendo para que o contradiga em plenário. É um regime parcial, é um regime que não podemos mais tolerar nesta Casa. Ela diz que o deputado fulano de tal não quer dar "nomes aos bois". Diz que o ex-Governador era "o tal" e não diz o que o outro Deputado disse.

Assim, meus caros Deputados, como disse, o regime que se estabeleceu em nossa terra é de subversão, é uma regime de anarquismo, onde a imprensa procura interferir dentro da Casa Legislativa, dentro dos princípios democráticos que nortearam a Revolução de 31 de março. No entanto, ela procura deturpar, ela procura distorcer. Não devemos tolerar esta Revolução dos princípios, porque acreditamos, quando fizemos esta Revolução, esta Revolução redentora que hoje, graças a Deus, temos condições de dar a nossos filhos o que eles esperam de nós. A função do Deputado, sr. Presidente, srs. Deputados, é de legislar, e não de se situar contra o Governo ou a favor do Governo. É de dar condições para que o nosso Paraná possa crescer, para que possamos viver principalmente em paz, em ordem, para a construção do nosso Paraná, do nosso Brasil. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre Deputado Erondy Silvério, quarto orador inscrito.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não era nosso propósito ocupar a tribuna para debatermos um assunto que é momentoso nesta Casa mas, divergentes das palavras do nobre deputado Antônio Franco Ferreira da Costa Filho, que nos precedeu na tribuna. Não poderíamos deixar de manifestar aqui a nossa estranheza quando um Deputado, como representante do povo, um Deputado que aqui chegou pelo voto livre porque o povo é livre, porque o povo pode escolher e quem votar por ele, representa a essência do regime democrático, por este regime que, graças a Deus, está consolidado com a Revolução de 31 de Março de 1964; quando um Deputado vem dizer que a imprensa, porque usa a sua liberdade de dizer e, quando digo liberdade não digo licenciosidade, a sua liberdade de informar, a sua liberdade de transcrever notícias, diga o que é da opinião do povo, que representa o pensamento da massa, quando esta imprensa diz as verdades que devem ser ditas, porque é por isso que existe imprensa, vem um Deputado eleito pelo povo num regime livre, pedir o fechamento da imprensa, e custa acreditar, quando este deputado é filho de um dos grandes magistrados desta terra, do saudoso desembargador Antônio Franco Ferreira da Costa, que foi o paladino das liberdades humanas nesta terra, que por lei nossa, aprovada pela Casa, pedimos que fôsse erigido um busto de S. Exa. em praça pública, para que servisse de exemplo à futura geração porque, no Poder Judiciário defendeu a liberdade humana, porque sabemos que o Poder Judiciário é a última guarida dos que são perseguidos, vilipendiados, dos que não têm outro amparo senão recorrer à Justiça, e nós sabe-

mos que o Poder Judiciário e a imprensa livre têm que andar de mãos dadas; não podemos jamais imaginar que um Deputado eleito venha de sua tribuna pedir o fechamento de um órgão de imprensa apenas porque veiculou a verdade, porque informou ao povo o que ocorre nos bastidores governamentais. Não quero entrar no mérito do Governador como determinada imprensa noticia, não sei se são procedentes ou não. Abro um crédito para S. Exa.. Acredito que S. Exa. tenha boa vontade de bem trabalhar pela nossa terra, porque é um representante da Revolução do Paraná; divergimos dele e todo o Paraná sabe do porque de nossa divergência, mas este crédito de confiança não vai ao ponto de apoiar um deputado que vem pedir o fechamento da imprensa livre. A vontade de servir não pode chegar ao ponto de se pedir o fechamento da imprensa livre do povo, legítima guardiã das liberdades humanas e públicas.

Portanto, aqui a minha estranheza, ainda mais porque, o nobre deputado Antonio Franco Ferreira da Costa, é sobrinho de um grande deputado federal, dr. Alberto Franco Ferreira da Costa, proprietário do jornal "Correio do Paraná", que usou sempre no Governo de Ney Braga, das mesmas armas que está usando determinada imprensa hoje, contra o Governo do sr. Haroldo Leon Peres. Vou trazer aqui os editoriais do "Correio do Paraná" da época, para serem lidos, o que já se falou de injusto do grande governador Ney Braga.

Portanto, quem fez ontem, esquece muito cedo, e vem atacar hoje. É o que não aceitamos, sr. Presidente, srs. Deputados, e o povo do Paraná não aceita, é que a vontade de servir leve um deputado a repudiar aqueles que são profissionais da imprensa, e que têm o dever sagrado de veicular as notícias que devem ser ditas, porque elas são o assunto do momento e representam, em suma, a liberdade do povo. Era só. (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra, ainda no Pequeno Expediente, o sr. deputado Acyr José.

O SR. ACYR JOSÉ — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Não seria a nossa intenção e o nosso intuito, na tarde de hoje, enunciar qualquer consideração. E por uma razão de fôro íntimo, não queremos trazer ao conhecimento desta Casa o que ocorre com um membro de minha família, é o meu pai que, enfêrmo, sempre acompanhou os passos de vosso filho. Como dissemos anteriormente, não é o meu propósito trazer ao conhecimento desta Casa as coisas que vão no meu íntimo. Sempre respeitei a condição humana de quem quer que seja.

Respeito, sr. Presidente, o amante que geme de felicidade, mas devo detestar o hipócrita que murmura oração; sempre fui amante da liberdade, sempre gostei, enalteci, e louvei a imprensa sadia e salutar. Está aí, a Revolução de 64 a pregar a mensagem de paz, da concórdia e do trabalho. E já dissera aqui anteriormente desta mesma tribuna que é do povo, que as minhas expressões não de ressoar por todo este Estado, que aqui eu venho não para agradar a quem quer que seja ou desagradar. Também no mesmo estilo, falo o que minha consciência dita e o que minha consciência traduz, dentro do meu íntimo, da minha imagem de sinceridade.

Tenho visto nesta Casa os debates que fazem parte da democracia, porque a democracia se exercita de um modo mais sadio, através do diálogo. E nós entramos no diálogo, sr. Presidente. Tenho visto e percebido e aprendido, lições de imenso civismo, dos srs. Deputados que aqui têm contribuído para que o povo que outorgou o mandato aos mesmos, possam saber da notícia verdadeira, da notícia da boa imprensa, que não a imprensa malograda.

Quero dizer aqui, neste instante, hoje e agora, que eu não critico nenhuma imprensa. Louvo, e enalteço a imprensa legítima, autêntica e honesta.

Não quero, neste instante, aplaudir S. Exa. o sr. Governador Haroldo Leon Peres, a quem aprendi a admirar durante a sua trajetória parlamentar, de um passado não muito distante, tanto que traduz a expressão do presente e, por que não dizer, do futuro. Mas vemos a distorsão por parte da imprensa ao se referir a um Governador que assumiu o Poder de um Estado há poucos dias, Estado que se vê num surto grandioso e gigantesco de expansão. E quem fala isto, quem sente isto, quem nota isto, sr. Presidente, não é o próprio Deputado mas sim o povo. Auscultamos o povo dos bairros de minha cidade, que aqui tem quatro representantes os deputados Maurício Fruet, Erondy Silvério, Igo Losso e Fabiano Braga Côrtes, povo que sente na própria carne os comentários e a repulsa da distorsão das notícias que não condizem com a realidade.

Quero, na oportunidade que me é oferecida, fazer um apêlo à boa imprensa do Paraná para que abra um crédito de colaboração ao Governo que se instala. A um homem que por duas vezes foi Vice-Líder de Governos Revolucionários.

Lembro-me que na ex-Assembléia, onde hoje funciona a Câmara Municipal de Curitiba, S. Exa. teve uma atuação brilhante e poderá também mesclar os caminhos difíceis de um Chefe de Poder Executivo, e ter este mesmo brilhantismo, ter em sua obra administrativa aquilo que o Paraná anseia e que todo o Brasil almeja — que nosso Estado, que nosso País se encontrem na área do progresso, da prosperidade e do bem estar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passa-se ao Grande Expediente e concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, sr. deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Com a saúde um tanto abalada por vários dias, aproveitei a oportunidade para ficar observando os meus novos e ilustres companheiros de bancada e da nova e denodada bancada do MDB, cujos integrantes imbuídos do mais alto interesse no desempenho do mandato para o qual o povo os mandou para cá, têm desfilado por este microfone, num autêntico torneio de oratória, trazendo, por vezes, ao estudo, à meditação e ao debate, assuntos da mais alta relevância. Nem sempre, porém, isto ocorreu. E eu que sempre fui avesso às discussões estéreis que nada realizam, que nada produzem, porque fui acostumado na escola do trabalho e na luta constante para construir e não para destruir, aqui estou, caríssimos Colegas, para fazer um apêlo. Um apêlo de valorização do Legislativo paranaense, um apêlo de valorização do Legislativo em si, porque ele representa o poder civil que é constantemente ameaçado, mas que precisa, mais do que nunca, se fortalecer para que possa fazer valer sua força moral em todos os sentidos. Mas, a valorização moral só se fará pela palavra, mas acima de tudo, acima da palavra, pelo exemplo, que é o maior de todos os discursos; pela ação e pelo trabalho; pelo desenvolvimento; pela motivação, pelo interesse do Plenário, mas sobretudo, pela motivação, pelo estudo constante, pelo funcionamento efetivo das Comissões Técnicas, porque é lá, verdadeiramente, é nas Comissões Técnicas, onde o Deputado mostra o seu valor, a sua capacidade, o seu interesse pelo trabalho, e o que pode trazer em benefício do Estado que representa: lei mais consonante com a realidade.

Nós, srs. Deputados, temos assuntos da mais alta relevância para realizar dentro do Poder Legislativo. E dentre esses assuntos se destacam a Lei Orgânica dos Municípios, completamente desatualizada, completamente fora da realidade e que precisa estar de acordo com a nova realidade nacional, de acordo com as Constituições Federal e Estadual, para que possa, realmente, dar, aos Municípios, às Câmaras de Vereadores, aos Prefeitos Municipais aquilo que eles precisam para seu desenvolvimento, para seu trabalho.

E, sobretudo, temos necessidade imperiosa, urgente, de elaborar um novo Regimento Interno para que possa, efetivamente, funcionar este Legislativo à altura da capacidade de seus integrantes. O Regimento Interno que temos, podemos dizer que até nem existe, tantas e tantas as suas falhas, tantas e tantas as suas omissões, que ele quase não existe. E são tantas e tantas as coisas para corrigir, tantas e tantas coisas para encaminhar. E antes de tudo, é preciso que organizemos a nossa Casa, que organizemos a nossa Casa com um Regimento Interno à altura.

Sr. Presidente, srs. Deputados, na tarde de ontem, eu tive, no calor dos debates dos oradores que se sucederam, aqui na tribuna, duas grandes satisfações: a primeira delas foi a presença na tribuna, do deputado Paulo Poli, homem formado na universidade do trabalho e nas lutas interioranas, mas com grande senso de responsabilidade e sensibilidade. E S. Exa. colocou tudo nos seus devidos lugares.

A outra satisfação que tive, foi o aparte sensato, sábio, do deputado do MDB, sr. Maurício Fruet; ambos demonstraram um equilíbrio e uma visão panorâmica dos problemas que se debatiam naquele instante.

Foi com grande satisfação íntima que ouvi o orador que aqui estava e o aparte, e senti que daquelas duas lições nós poderíamos partir para um clima de calma, de tranquilidade, de trabalho, de que tanto carece o Governo federal, de que tanto carece o Governo estadual, de que tanto carecem os Poderes Legislativos, de que tanto carece o povo de nossa terra. É a paz e tranquilidade que todos nós queremos para poder trabalhar.

Ainda não se apagaram de nossa memória aqueles acontecimentos anteriores a 31 de março de 1964, em que a cada instante a agitação, a subversão interrompiam o ritmo de trabalho desse País e dos Estados. E nós verificamos que só está sendo possível ao Governo da Revolução realizar uma grandiosa obra, pela paz e tranquilidade que se dá ao povo de nosso país, para que trabalhe harmoniosamente sob as bênçãos do Cruzeiro do Sul.

Somente assim, sr. Presidente, srs. Deputados, tem sido possível esse clima de trabalho. E nós temos a responsabilidade, porque Governo não é uma pessoa, só, é um conjunto de pessoas e setores, cada um agindo efetivamente em seu setor, em sua especialidade, mas o conjunto forma o Governo dentro desse Governo, está o Poder Legislativo, que deve dar o exemplo da paz e tranquilidade. E como Secretário Regional da ARENA, quero fazer um apêlo a meus companheiros da grande e briosa bancada da Aliança Renovadora Nacional na Assembléia Legislativa, para que nos unamos com um pensamento único, com os pés fincados no chão da realidade, mas com as vistas e pensamentos voltados para o futuro da Pátria e o futuro do Estado do Paraná, e vamos unidos prestigiar, ajudar o Governo Leon Peres, que mal está iniciando suas atividades e que precisa de calma e tranquilidade para que possa trabalhar e realizar sua obra, que de fato será grande.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Estaria surpreso com o pronunciamento de V. Exa., se não o conhecesse há longos anos. No instante em que V. Exa., com raro brilhantismo, com muita prudência e equilíbrio, faz essa belíssima peça de oratória, nesta tarde de hoje, eu me recordo dos anos passados, naqueles meses negros que o nosso País vivia quando despontava no horizonte nuvens negras, anunciando tempestade e caos ao nosso querido País.

Naquela ocasião, assistia nesta Casa não uma oposição de homens elegantes e esclarecidos como tem hoje a bancada do MDB, naquela ocasião era uma oposição composta de alguns subversivos, de maus brasileiros, de mais patriotas.

Lembro-me da tranquilidade que lhe é aliás, peculiar pela sua formação cristã, de exemplar chefe de família, tranquilidade que sempre dava a esta Casa, que era o ponto alto de confiança e de união.

Pedi, neste instante, este aparte para parabenizar-me com V. Exa. que, de uma maneira tão feliz, está usando da palavra na tarde de hoje para

fazer uma pregação tão oportuna, tão sadia. A impressão que temos nesta Casa é que V. Exa. está comungando; a impressão que temos é que V. Exa. esteve antes com o próprio Presidente da República, que é o líder da Revolução de Março de 64; a impressão que temos é que suas palavras são quase que as palavras do grande Presidente neste apêlo de união e pacificação.

Confesso a V. Exa. que o nobre Deputado está realmente de parabéns. Os Anais desta Casa irão registrar sua oração, a qual servirá de guia, pois estas palavras vieram de um homem sensato, equilibrado e acima de tudo de um grande patriota, de um grande paranaense. Meus parabéns.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Agradeço o aparte de V. Exa. que, como sempre, traduz aquêlo equilíbrio tão necessário para o homem público nos dias que passamos.

O sr. Maurício Fruct — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Eminentíssimo deputado Lopes Júnior, agradecemos a menção honrosa feita por V. Exa. ao nosso nome por ocasião do pronunciamento tão bem enaltecido pelo deputado Paulo Poli.

A grande realidade é que todos nós viemos para esta Casa com o único propósito de trabalhar pelo desenvolvimento, pelo progresso do Estado do Paraná.

Para que isto aconteça é necessário que a solução para os grandes problemas de nosso Estado deve ser encarado sem qualquer paixão política, deve ser analisada pelas autoridades que no momento detêm o poder com o mesmo carinho com que são analisadas as Mensagens e os projetos oriundos do partido do Governo.

Na verdade o objetivo único de todos é o de apenas trabalhar pelo progresso, pelo desenvolvimento do Estado do Paraná. Mais uma vez muito obrigado pela sua atenção.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Eu é que agradeço até emocionado o aparte de V. Exa. que, juntamente com o aparte do deputado Paulo Poli traduz como que uma continuação do meu raciocínio, do meu pensamento, porque na verdade entendia, sempre entendi, assim e continuo entendendo que, no instante em que terminam as pugnas eleitorais, no instante em que o Tribunal Regional proclamou os eleitos, no instante em que os Deputados federais, estaduais, Senadores, assumem os seus mandatos, deve pairar acima das siglas partidárias, acima das paixões pessoais, acima das questões regionais, deve pairar a grande Pátria Brasileira, a que todos nós temos o dever de trabalhar, de lutar, de defender para que o Brasil seja efetivamente o país do futuro, seja efetivamente mais tranquilo, mais feliz porque esta será a grande herança que nós haveremos de transmitir aos nossos filhos, aos nossos netos e aos filhos de nossos netos e assim sucessivamente.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Aprecio o seu pronunciamento carregado de muita tranquilidade e coerência. A bancada da oposição nesta Casa, a bancada do MDB procura também pautar sua atividade pela tranquilidade, pela coerência. O apêlo de V. Exa. vem a esta Casa justamente em virtude do clima de intranquilidade que paira no Paraná. Tenho a minha definição com relação a este clima de intranquilidade, para mim em particular é o reflexo de um sistema de escolha impopular, com um homem no Poder que não traz o consenso da vontade popular e entendo desenvolvimento, democracia, como obras não meramente governamentais, mas que devem trazer também a participação de todo o povo, desde a escolha do governador até a realização das obras indispensáveis. Entendemos que há necessidade, às vezes, de uma oposição mais veemente porque discordamos do entendimento do nobre deputado Antônio Franco Ferreira da Costa que vê o Legislativo apenas como um Poder para auxiliar o Governo nas suas obras, para dar a sua contribuição na realização das grandes obras, vejo também o Poder Legislativo além destas finalidades, uma finalidade também de grande importância, que é a fiscalização. Aqui esta-

mos não só para legislar, mas para contribuir com a obra administrativa deste ou daquele governante mas também para apontar seus erros, suas falhas, representando um elo vivo do povo nas atividades governamentais. Mais uma vez, quero cumprimentá-lo pela posição tranquila e coerente de V. Exa., porque temos certeza, o seu intuito é como o nosso, colaborar pelo desenvolvimento e pelo progresso de nosso Estado.

O SR. ANTÔNIO LOPES JR. — Agradeço o aparte do ilustre Líder da bancada do MDB e devemos também dizer com esta mesma tranquilidade que a oposição desempenha seu papel com real brilhantismo e não traz intranquilidade nenhuma quando fiscaliza, critica, dentro dos bons princípios em sentido alto. Ao que quero me referir, é justamente isto, a elevação de princípios, o modo como se fazem as críticas fundadas, sempre fundadas e nunca pelo bel prazer, simplesmente pela satisfação de combater seja lá o que for, contra qualquer pessoa ou entidade. Nós, Deputados da Arena, não só os Deputados da ARENA, mas todos os integrantes, devemos estar com os espíritos desarmados e ficar em torno do governador Haroldo Leon Peres, para que ele possa realizar seu trabalho, em benefício do povo, para que ele possa desenvolver o seu trabalho, em benefício da comunidade paranaense.

Quero dizer, nesta oportunidade, que lendo ontem um jornal da Capital, tivemos notícia de que o governador Haroldo Leon Peres, está criando...

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Estou sentindo, nobre Deputado, que V. Exa. está partindo para uma nova fase de vosso pronunciamento. Então eu quero, neste instante, solicitar o aparte, para que não se perca a oportunidade.

Mas nobre Deputado, data vênha com todo o respeito e com toda admiração que tenho por este nosso companheiro, Vice-Líder da bancada do MDB, uma das figuras que representa a juventude aqui nesta Casa. Mas disse o eminente Vice-Líder da bancada que o 1.º Vice-Presidente desta Casa de Leis, o eminente deputado Antônio Franco Ferreira da Costa, estaria sendo mal sucedido nas suas pretensões, porque pretende ele fazer, desta Casa, como que uma trincheira para atacar a imprensa.

O que ocorreu, segundo entendi, o que se generalizou, foi exatamente o que poderia ter ocorrido com a maioria dos homens sensatos desta Casa. Ele sentiu o que todos nós sentimos. Porque o que está havendo de fato, são injustiças ao Governador que recém-assumiu, que não teve nem sequer tempo de arrumar a casa para trabalhar, porisso, está sofrendo ataques violentos, contundentes e permanentes por parte de determinadas áreas da imprensa escrita e falada. Então eu acho lógico, justo e natural, que o Vice-Presidente desta Casa, com a responsabilidade que tem, brilhante como é use do seu direito de vir à tribuna e dizer aquilo que pensa ele não irá, segundo eu entendi, servir-se da sua posição, para tolher, para impedir, para cercar a liberdade da imprensa, que esta deve ser enaltecida por nós. Mas é natural que, quando parte dessa imprensa mal orientada ou mal dirigida, tente atingir alguém que legitimamente a defende. Em linhas gerais, a intenção do nobre deputado Antônio Franco Ferreira da Costa não foi outra senão querer nos ajudar. E não vai neste meu pronunciamento o desejo de contraditar quem quer que seja, mas apenas deixar transparecer aquilo que V. Exa. acaba de pronunciar no seu brilhante discurso. Agradeço o aparte que V. Exa. me ofereceu, que realmente foi assim como que uma licença para que eu, paralelamente, externasse o meu pensamento. Muito obrigado. Era o aparte.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Agradeço a gentileza de V. Exa., mas é apenas para esclarecer o deputado Paulo Poli a quem respeito e admiro. Talvez eu não tenha sido muito feliz naquilo que pretendi dizer. Mas pelo que parece, não me referi à imprensa. Também não pretendi retirar do nobre Deputado, o direito de emitir a sua opinião, apenas me reporte a uma frase do pronunciamento do deputado Antônio Costa, quando dizia que os srs. Deputados aqui estavam para

legislar e colaborar com a administração. Apenas quis acrescentar que aqui estamos, também, não só para legislar e contribuir para a administração, mas também para fiscalizar em nome do povo. Desta forma, creio ter esclarecido. Não falei da imprensa. Não me reportei a um episódio da imprensa, liberdade de imprensa, mas apenas ao aspecto de definição que deva ser o Legislativo.

O sr. Antônio Costa — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). O sr. deputado Alvaro Dias não entendeu, por certo, meu pensamento. Disse quanto à finalidade precípua do Legislativo, dando condições ao Governo para trabalhar e continuar suas obras. Não disse que o Poder Legislativo não tem outra finalidade.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Agradeço os apartes de V. Exas. e devo dizer que entendi todos eles.

Prosseguindo, renovo aqui o apelo de paz e tranquilidade e volto a um relato minúsculo, mas que necessário se faz neste instante, a respeito de uma providência recente do sr. Haroldo Leon Peres.

Segundo notícias da imprensa a que me referi há poucos instantes, foi criado, ou está para ser criado por estes dias um Escritório de Representação do Paraná na Capital Federal, Brasília, escritório com uma grande estrutura, a fim de que possa estar em contacto permanente com a nossa bancada paranaense na Câmara Federal e no Senado, possa ser um elo de comunicação e transmissão entre as autoridades federais, representando um grande empreendimento que só o tempo dirá. Traz, também, de início, de imediato, uma economia fabulosa porque assim serão evitadas constantes viagens ao Distrito Federal de altos funcionários para pequenos trabalhos, para pequenas coisas que exigem a presença de alguém do Paraná na Capital da República.

Portanto, nossos aplausos pela criação deste Escritório que, por certo, trará grandes resultados práticos ao Paraná.

Estamos iniciando, companheiros da ARENA e do MDB, uma nova jornada legislativa, uma nova jornada que começou bem e é preciso que continue como o começo, indo bem para que possa ir bem o Estado do Paraná.

Quero destacar como exemplo de trabalho, não apenas de cultura e de conhecimento, mas exemplo de trabalho, aquele projeto que foi lido e apresentado da tribuna pelo deputado Cândido Martins de Oliveira, projeto a respeito da Lei de Diretrizes e Bases.

Não quero fazer um juízo precipitado; se vou ficar com o projeto, ou contra o projeto, ou alterando o projeto, porque não tive ainda tempo de lê-lo na sua íntegra.

Mas, de qualquer maneira, vale pela intenção, pela demonstração de alguém que quer realizar alguma coisa, não apenas vir falar, mas trabalhar também, apresentando um projeto desta natureza que elevou o plenário desta Assembléia a altos e grandiosos debates em torno de um problema que é fundamental no País, que é fundamental em toda parte.

E' o problema da educação. Refiro-me especificamente à educação e não falo em instrução. Porque temos incorrido, neste País, em grande erro confundindo instrução com educação. Há muita gente que se julga educada porque tem curso superior, mas quando trato com essas pessoas notamos que lhe faltam os mínimos requisitos de relações humanas, de relações públicas, enfim de educação. A educação não se completa com a instrução. Instrução é cultura, erudição, saber de onde viemos e para onde vamos, é saber discernir o certo do errado, é saber ler e interpretar um jornal, saber ler um livro. Tudo isso é instrução. Mas, a instrução, tão somente, conduz a um erro tão grandioso quanto àquele do analfabetismo numa pessoa. A boa pedagogia manda que, nos cursos primários, a professora reserve setenta e cinco por cento para educação e apenas vinte e cinco por cento para instrução. No curso médio, manda a pedagogia,

seja equilibrada a educação e a instrução, isto é, cinquenta por cento para cada uma delas. No curso superior, nas universidades, a educação não deve ser abandonada. Os mestres devem dedicar-se 25% à educação e 75% à instrução.

Confunde-se, também, erudição com cultura. Erudito é o homem que responde a tôdas as perguntas, como se fôsse um dicionário, responde tudo, mas apenas responde. O homem de cultura é aquele que não apenas responde, mas sabe o que está respondendo, não procede como robô. Cultura é sentido de vida, é mensagem. É culto o homem que sabe transmitir uma mensagem, sabe o que quer.

Revela o projeto de nobre deputado Cândido Martins de Oliveira um alto sentido e já é mesmo pensamento do Ministério da Educação, através de seu titular, ministro Jarbas Passarinho, que os ginásios deixassem de ser somente acadêmicos para se transformarem em ginásios profissionais. Realmente, havia necessidade de se pôr um paradeiro nisso. Nós observamos no interior, em cidades pequenas, onde predomina a agricultura, os rapazes saem da zona rural e vêm para as cidades maiores fazer o ginásio. Terminados os quatro anos do ginásio, o pai homem simples e rude, a mãe também sem grandes conhecimentos, sentem as lágrimas correrem pelos olhos, tal a alegria e emoção por seu filho receber o diploma do ginásio. E ficavam satisfeitos e davam uma festa em homenagem a seu filho. Mas dali alguns meses, êsses mesmos mocos andavam de porta em porta, nas pequenas cidades, à procura de um trabalho e não encontrava. E não se conformavam os pais, que diziam, mas meu filho tem o ginásio, o senhor não poderia dar uma oportunidade para êle trabalhar no seu escritório, na sua loja? Mas, infelizmente, o ginásio não formava coisa nenhuma, apenas abria as portas para outros estudos, que no interior são sempre difíceis. Havia necessidade de uma reformulação, para que se introduzisse o ensino técnico-profissional, para que o garoto, após concluir o ginásio, pudesse se apresentar em alguma parte, tendo uma habilitação profissional.

Mas, caríssimos ouvintes, tenho um temor sempre pelos excessos, nem tanto ao mar nem tanto à terra. Se os ginásios, na sua grande maioria, eram simplesmente acadêmicos e não formavam profissionais.

C SR. PRESIDENTE — A Presidência lembra ao nobre Deputado que falta 1 minuto para o término da Hora do Expediente.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Infelizmente, senhores Deputados, não poderei terminar o verdadeiro sentido de minha oração, mas fica para outra oportunidade, em que traremos para o estudo, o debate e a meditação desta Casa, êsse porb'ema tão fundamental, tão importante para o próprio desenvolvimento da Nação brasileira, que é o problema da educação.

O sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) Ouvi com muita atenção suas palavras; elas soavam para nós com a musicalidade das lutas, dos bons propósitos. Pode V. Exa. estar certo de que é merecedora de todos os louvores aquela pregação, e especialmente, pela maneira como foi apresentada por V. Exa. da tribuna.

Sr. Deputado, quero congratular me com V. Exa. e declarar que quando vim para esta Casa, esperava e tinha certeza de que ia encontrar a manifestação nesta tribuna, de pesosas com a personalidade igual a sua, de legislador imbuído de bons propósitos, com os olhos voltados para as boas lutas e que iam constituir para nós o exemplo de um trabalho a ser realizado por todos nós, Deputados que pela primeira vez participamos de uma legislatura, de um trabalho que deve ser realizado por todos nós no futuro.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Agradeço a V. Exa.
Era só, sr. Presidente. — (Sem revisão do orador).

O SR PRESIDENTE — Está encerrada à Hora do Expediente.
Passa se à

O R D E M D O D I A ,

com a presença de 44 senhores Deputados.

Sôbre a mesa, Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Wilson Fortes, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça

Projeto de Lei de autoria do deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Lázaro Dumort, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Lei de autoria do sr. deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do Expediente. Necessita de apoioamento. APOIADO. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto de Resolução de autoria da Comissão Executiva, constante do Expediente. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 238-69, que declara de Utilidade Pública a "Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Matinhos", com sede no Município do mesmo nome. — Parecer favorável da C.C.J. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 238-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Matinhos, com sede no Município do mesmo nome.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1971.

(aa) **Presidente** — Cândido Martins de Oliveira

Relator — Maurício Fruct

Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n 262-69, que proíbe o funcionamento de cantinas, durante os turnos matutino e vespertino, nos Estabelecimentos de ensino do Estado. — Parecer favorável da C.C.J. e C. I. P. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 262-69

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica proibido o funcionamento de cantinas, durante os turnos matutino e vespertino, nos estabelecimentos de ensino do Estado.

Parágrafo Único — A infração à proibição deste artigo, será punida com as penalidades estabelecidas no Estatuto do Magistério.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1971.

(aa) Presidente — Cândido Martins de Oliveira

Relator — Maurício Fruet

Wilson Brandão

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei n. 55-70, que transforma em "Instituto Estadual de Educação "Cândido Portinari", a atual Escola Normal Colegial Estadual, do mesmo nome, na sede do Município de Cianorte. Pareceres favoráveis da C.C.J., C.I.F. e C.F. — APROVADO.

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 55-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica transformado em "Instituto Estadual de Educação Cândido Portinari", a atual Escola Normal Colegial Estadual Cândido Portinari, na sede do Município de Cianorte.

Art. 2.º — O Poder Executivo baixará as normas necessárias à execução desta Lei.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 30 de março de 1971.

(aa) Presidente — Cândido Martins de Oliveira

Relator — Maurício Fruet

Wilson Brandão

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 224-69, de autoria do deputado Antônio Lopes Júnior, que declara de Utilidade Pública, o "Foto Clube do Paraná", com sede nesta Capital. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.I.P. — APROVADO.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 41-70, de autoria do deputado Antônio Lopes Júnior, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a "Associação dos Reporteres Fotográficos e Cinematográficos do Estado do Paraná", com sede nesta Capital. — Parecer favorável da C.C.J. com SUBSTITUTIVO GERAL. — Aprovado pelo substitutivo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n. 228-70, de autoria do deputado Aginaldo Pereira Lima, que autoriza o Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio, em Santa Amélia, e dá outras providências. Sem Pareceres em REGIME DE URGÊNCIA. — APROVADO.

PROJETO DE LEI N. 228-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica autorizado ao Poder Executivo a criar uma Escola Técnica de Comércio no Município de Santa Amélia, para funcionar a partir do ano letivo de 1971.

Art. 2.º — As despesas com a execução desta Lei correrão por conta da dotação própria do Orçamento do Estado.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 20 de agosto de 1970.

(a) Deputado — Aginaldo Pereira Lima

J U S T I F I C A T I V A

Ao justificarmos a medida proposta neste plano de Lei, o fazemos no sentido de dar nossa cooperação à política educacional do Governo. Esta, creímos, é a forma mais válida, de nos expressarmos ante uma realidade que conhecemos tão de perto.

A criação desta Escola, Senhor Presidente, Senhores Deputados, visa apenas dar uma chance aos Jovens de Santa Amélia, que para fazerem um curso técnico têm que se deslocar, à noite para a cidade mais próxima a fim de estudar.

Estas são as razões que nos levaram a apresentar o presente Plano de Lei, para a qual contamos com o apóio e aprovação dos Nobres Pares.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, requerimento de autoria do sr. deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do sr. Flávio Zétola, ocorrido hoje, pela madrugada, nesta Capital. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do ilustre cidadão vereador Flávio Zétola. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, lido da Tribuna por S. Exa., solicitando seja encaminhado expediente ao sr. Ministro do Interior. Em discussão.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica o requerimento com a sua discussão e votação transferida para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do sr. deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo à Petrobrás, pelo fato de haver determinado a implantação de uma refinaria, em Paranaguá. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Quielse Crisóstomo, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pelo 1.º centenário da instalação do município de Bocaiuva do Sul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Mauricio Fruet, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Governador do Estado, no sentido de que se proceda o reajuste das pensões concedidas aos expedicionários da Força Expedicionária Brasileira. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Belinatti, constante do Expediente, solicitando seja expedido ofício ao sr. Secretário dos Transportes, no sentido de urgência na construção asfáltica da rodovia Mauá-Ivaiporã. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Cândido Martins de Oliveira, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pelo transcurso do 10.º aniversário de fundação da Escola Mercedes Stresser. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado Ofício ao sr. Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná S.A., no sentido da instalação de uma agência bancária, daquela organização, no município de Céu Azul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Diretor-Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido de que seja instalada uma agência do Banco do Estado, na cidade de São Miguel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício à COPEL, no sentido de instalação de luz elétrica no Distrito de Vera Cruz, município de Céu Azul. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja expedido ofício ao sr. Secretário da Fazenda, no sentido de ser estudada a possibilidade da instalação de uma Agência de Rendas Estaduais no distrito de São Cristovão. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Domício Scaramella, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício ao sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, no sentido de construção de uma ponte sobre o rio da Areia. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja expedido ofício ao sr. Secretário de Segurança Pública do Estado, no sentido de ser dotada de melhores condições materiais, a Delegacia de Londrina, para melhor desempenho de suas funções. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja expedido ofício ao sr. Secretário de Educação e Cultura, para que sejam tomadas providências no sentido da conservação de vários Grupos Escolares do Estado, no município de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Belinatti, constante do Expediente, solicitando seja oficiado aos srs. Ministros da Educação e Cultura, Governador do Estado, Secretário de Educação e Cultura do Estado, no sentido da criação das Faculdades de Engenharia e Educação Física, na cidade de Londrina. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, solicitando o encaminhamento de expediente ao sr. Ministro da Pasta do Trabalho e Previdência Social, encarecendo a urgente necessidade de construção do prédio próprio da Agência do INPS, no município de Paranavaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Wilson Fortes, constante do Expediente, encaminhando apêlo ao sr. Ministro das Comunicações, no sentido de ser construída a sede dos Correios e Telégrafos, na sede do município de Paranavaí. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Rosário Pitelli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício à Diretoria da COPEL, no sentido de ser estendida energia elétrica a Santo Antônio, município de Itâmbé. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Odilon Reinhardt, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ofício à Companhia Paranaense de Eletricidade — COPEL — no sentido de ser ampliada a rede de distribuição de energia elétrica do município de Capanema. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja constituída de cinco membros a Comissão Parlamentar de Inquérito. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando votos de aplausos ao sr. Governador do Estado, pelo seu equilíbrio diante dos ataques injustos que vem recebendo por parte de determinada imprensa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Antonio Belinatti, solicitando voto de congratuações aos jornais "O Estado do Paraná", "Tribuna do Paraná" e as emissoras de "Televisão Iguaçu" e "Televisão Tibagi", pelo excelente trabalho que vêm realizando em favor da arte, cultura e divulgação dos acontecimentos regionais, nacionais e internacionais. — Em discussão.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — A sua questão de ordem fica transferida para a sessão de amanhã.

Requerimento de autoria do sr. deputado João Mansur e mais dezessete assinaturas, constante do Expediente, solicitando a constituição de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, composta de cinco membros, para investigar e apurar irregularidades existentes nos serviços de transportes coletivos e carros de praça, municipais e intermunicipais. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do sr. deputado Muggiati Filho, constante do Expediente de sessão anterior, solicitando sejam expedidos ofícios aos srs. Presidente da República, Ministro dos Transportes, Ministro da Fazenda e aos srs. Governador do Estado do Paraná, Secretário dos Transportes, Presidente da C.E.F.C.P. e à Diretoria da empresa construtora C.R. Almeida S.A.. — Em discussão.

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para discutir) — Sr. Presidente e srs. deputados, apenas para esclarecer que o prazo e o número de membros desta Comissão por mim solicitada, foi alterada por mim, no sentido de que fôsse elevado de três para 5, o número de seus membros e com um prazo de 8, dilatado para 20 dias. Quanto aos demais, reitero o que disse ontem nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE — Está em discussão o requerimento de autoria do sr. deputado José Muggiati Filho, com a devida ressalva. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas para que V. Exa. determine constar em Ata do requerimento aprovando uma CPI para apurar as irregularidades havidas nos Serviços de transportes coletivos, ônibus e taxis, foi aprovado por unanimidade, inclusive, com voto do deputado requerente.

O SR. PRESIDENTE — Será consignado.

O SR. PAULO CAMARGO — (Pela ordem). Sr. Presidente, quero contrariar o que disse o nobre deputado Erondy Silvério, porque votei contrariamente à formação desta CPI, por achar um assunto estritamente de competência municipal, não cabendo portanto à Assembléia estudar a matéria. Peço que fique, portanto, registrado em Ata sr. Presidente, o meu voto contrário à constituição desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE — Será consignado.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, apenas

para ratificar as palavras do deputado Paulo Camargo, votei favoravelmente, para que nos trabalhos da Comissão fique provada a "ignorância" dos srs. Deputados que a subscrevem.

O SR. IVO TOMAZONI — Peço a palavra, sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o sr. Deputado.

O SR. IVO TOMAZONI — Sr. Presidente, eu não subscrevi o requerimento que solicita a instalação de uma CPI. Todavia quero, apenas para que não sejamos nós, Deputados desta Casa, considerados desatualizados com as nossas publicações e com nossos deveres de até onde podemos legislar sobre problemas que interessam à coletividade dizer que a CPI solicitada também deve, segundo termos do requerimento, analisar anomalias, parece que é a expressão, com o transporte coletivo intermunicipal.

Apenas para testemunhar, ainda hoje, na parte da manhã assuntos que dizem respeito às mudanças que devam ser introduzidas à lei e aos decretos ainda vigentes, normalizando a concessão de alvarás de licença para a exploração destes serviços no Estado do Paraná.

Quero crer, apenas para que se exima esta Casa de Leis de qualquer parcela de responsabilidade que se queira atribuir a Deputados em assuntos que não devam merecer a nossa intromissão, que os transportes coletivos intermunicipais são geridos por decreto governamental e por lei desta Casa, a primeira delas a de n.º 1000-52, de novembro de 1952. É, portanto, cabível a participação desta Casa em assuntos desta natureza. Era o depoimento que me cabia fazer, em questão de ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Pela ordem). Sr. Presidente, não concordo absolutamente com a justificativa do deputado Ivo Tomazoni. Votamos favoravelmente ao requerimento porque nós não queríamos ficar fora da votação deste requerimento. Nós sabemos que os serviços municipais de transportes coletivos, e agora de taxis, estão afetos ao município de Curitiba, que tem um conselho presidido por um representante das Forças Armadas. Um Coronel, representante da 5a. Região Militar, é quem preside este Conselho.

Pediria ao deputado Ivo Tomazoni que desse uma olhadinha na Constituição Federal e visse que ao Município compete a organização dos serviços públicos locais. É questão morta. Não pode haver ingerência do Legislativo porque fare a autonomia do município.

O sr. Ivo Tomazoni — Não me referi ao serviço de taxis. Falei em transportes coletivos intermunicipais e deve a Assembléia disciplinar a matéria.

Solicitaria ao sr. 1.º Secretário que fizesse a leitura do requerimento.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, gostaria, data vênua, com todo respeito e admiração que tenho por V. Exa. e para que não aumente a confusão gerada, gostaria de me referir que os elementos da oposição na época que antecipava a Revolução de 64, eram elementos de várias partidos. Não fiz menção nenhuma à bancada de V. Exa.. Absolutamente, não. Se V. Exa. entendeu assim, deve haver um equívoco. Tanto é, nobre Deputado, que em todas as bancadas houve desfalques por cassações, quer dizer, elementos de todas as bancadas, que faziam oposição subversivas. Não me referi à bancada do MDB.

Quero fazer esse reparo e colaborar até com V. Exa.. V. Exa. entendeu que eu falei "bancada", aí estão as notas taquigráficas, só usei a palavra "bancada", com referência à atual, para enaltecer e elogiar, mas quando me referia ao passado, referência a elementos subversivos, eu generalizava as diversas bancadas. Porque realmente existiam aqui elementos subversivos e comunistas. Era a esses que eu fazia referência. O pró-

prio praticado a que eu pertencia a própria U.D.N. tinha elementos com idéias comunistas, parece até incoerência. Dai o reparo que quero fazer, para que V. Exa. diante dessa informação, não cometa uma injustiça.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Agradeço a V. Exa., e minha presença nesta tribuna tem o fito, justamente, de esclarecer o ponto de vista que tenho sobre o assunto. Continuo ainda, em que pese o esclarecimento de V. Exa., a discordar, não que V. Exa. tenha se referido especificamente à bancada, conforme explicou, mas discordo do seu pensamento de que havia Deputados subversivos. Discordo, porque entendo que V. Exa. tenha se referido àqueles Deputados que foram cassados.

O sr. Paulo Poli — Nem todos eram subversivos.

O sr. Antônio Belinati — Aliás, nobre Deputado, as cassações tanto no MDB como na Arena.

O sr. Paulo Poli — Isso eu já frisei, nobre deputado Belinati.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, o que teria dado idéia de que o deputado Paulo Poli se referia especificamente à bancada da oposição, foi o fato de S. Exa. estabelecer uma comparação entre a passada e a atual bancada do MDB. Isso nos levou à conclusão de que S. Ex. se referia, especificamente aos Deputados da bancada do MDB. Entretanto, não poderia deixar passar a oportunidade, porque eu tinha entre os Deputados que aqui se encontravam anteriormente ao movimento revolucionário de 64, um grande amigo, um Deputado que teve seu mandato cassado, que se chama Walter Alberto Pecoits. Convivendo com ele longos anos, privando mesmo de sua intimidade, não poderia admitir que sobre ele se lançasse sequer a dúvida de subversivo.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). A guisa de informação, quero dizer que o deputado Walter Pecoits era o homem com quem eu tinha o maior diálogo dentro desta Casa — e aí estão os Anais da Assembléia para testemunhar —. Usei desta tribuna lamentando sua cassação, porque em determinado período da Revolução, ainda era permitido que se comentasse em torno das cassações, e os próprios Deputados cassados ainda tiveram a chance — como no caso do deputado Walter Pecoits — de usar da tribuna para se despedir desta Casa, formando assim um ambiente constrangedor e triste.

Uma grande maioria de Deputados recebeu assim a nossa palavra carinhosa e nossa insatisfação por aquela medida talvez injusta.

Continuo afirmando que havia alguns elementos que não estavam coerentes com o regime que vivíamos. Essa ressalva, se V. Exa. faz, eu também faço, porque admirava e continuo admirando o ex-deputado Walter Alberto Pecoits.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Agradeço imensamente o aparte de V. Exa. e com ele foi atingido meu propósito na tribuna. Justamente, V. Exa. quando se referiu a Deputados subversivos, não havia personalizado e agora, por ocasião do debate, já vamos conseguindo a personalização.

Entendo, srs. Deputados, que o processo revolucionário como o que se instalou no País em 64 traz consigo os excessos naturais, traz consigo aquelas injustiças que sempre trouxeram movimentos como o de março de 64. Homens que hoje estão no poder foram injustiçados no Estado Novo, e ninguém pode abrir a possibilidade de que homens proscritos agora tenham reparada esta injustiça no futuro.

A minha presença foi justamente para esclarecer o meu ponto de vista face ao aparte do deputado Paulo Poli. Ele não havia personalizado e era possível que algumas das pessoas que escutaram o debate incluíssem ou pensassem que na relação dos subversivos que do nobre deputado Paulo Poli citou, estivesse o nome do ex-deputado Walter Alberto Pecoits.

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Re-

cordo que um pouco antes desse lamentável episódio era Líder da bancada do partido a que pertencia o atual Governador do Estado, sendo que eu era Vice-Líder.

Constituiu-se uma Comissão Parlamentar de Inquérito, como o Deputado já mencionou na vez anterior, cujo presidente dessa Comissão foi o ex-Líder da bancada, então deputado Haroldo Leon Peres. Foi uma das poucas Comissões que chegaram a bom termo punindo, com justiça, o cidadão que arbitrariamente agredira injustamente, aliás, o ex-deputado Walter Pecoits.

Participei ativamente em defesa, na Comissão, do deputado Walter Pecoits e o próprio poderá, se não bastassem os Anais desta Casa, testemunhar o que estou dizendo. Não estou querendo me penitenciar, nem ser agradável aos Senhores. No instante em que nosso ponto de vista divergir, com bastante ombridade e com delicadeza, é claro, defenderei o meu ponto de vista.

Mas é justo que se traga o esclarecimentos necessários porque está se falando no nome de pessoas que prezamos e não poderíamos permitir ou concordar que elementos que apreciamos viessem, de longe, pensar que estivéssemos querendo, depois de episódios lamentáveis, atingir a sua honrabilidade.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Agradeço e a atitude que V. Exa. assume neste episódio confirma, uma vez mais, aquilo que venho observando no procedimento de V. Exa. nesta Casa — a correção, a altivez dos gestos, a generosidade e o cavalheirismo.

Agradeço a V. Exa. o aparte e considero realizado o propósito com o qual vim à tribuna. Feitos estes esclarecimentos fica desnecessário o depoimento do amigo para definir situações que me pareciam um tanto confusas.

Feitos os esclarecimentos, agradeço à Casa a atenção e ao nobre deputado Paulo Poli pela contribuição que deu para o esclarecimento do assunto. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — A Mesa solicita ao sr. 1.º Secretário que proceda a leitura do requerimento que se encontra sobre a Mesa.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — (Lê requerimento solicitando que se apure irregularidades existentes nos serviços de transporte coletivo).

O SR. PRESIDENTE — A Presidência solicita dos srs. Líderes que façam a indicação dos membros que devem compor as três Comissões aprovadas por esta Casa, ou seja, duas Comissões parlamentares de Inquérito e uma Comissão Especial.

A distribuição deverá ser feita na seguinte proporcionalidade: 4 membros da ARENA e um do MDB.

Concedo a palavra ao sr. deputado Sebastião Rodrigues, para explicação pessoal.

O SR. SEBASTIAO RODRIGUES — Sr. Presidente, srs. Deputados. Retorno, por mais alguns instantes, uma vez mais a esta tribuna, porque deseja tecer algumas breves considerações sobre um aparte dado pelo nobre deputado Paulo Poli ao deputado Antônio Lopes Júnior, quando desenvolvia, da tribuna, sua brilhante oração.

Deixei de fazê-lo naquela oportunidade para aqui comparecer agora.

Disse o nobre deputado Paulo Poli, aparteando aquele ilustre orador, que a atual bancada do MDB é uma bancada composta por brilhante Deputados. E eu agradeço S. Exa., na parte que me toca. Contrapôs, entretanto S. Exa., que a bancada de meu partido, de hoje, nesta Casa, é mais

brilhante que bancadas passadas, ou mais especificamente que determinada bancada de outrora que era constituída por subversivos.

Não podia, srs. Deputados, sob pena de negar a mim mesmo, deixar de discordar do nobre deputado Paulo Poli. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o segundo orador inscrito para Explicação Pessoal, sr. deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Como vou encaminhar, através desta Casa, uma nota ao "O Estado do Paraná" e para que não possa, com isso, ser objeto de interpretação duvidosa, quero registrar o que penso sobre a imprensa nesta oportunidade.

Tenho profunda admiração pelos ilustres deputados Antônio Franco, Acyr José Xenofonte Villanueva, Antônio Lopes Júnior que, inclusive, diretamente se referiram à matéria.

Mas, no tocante à condenação de um órgão da imprensa, através do exercício da atribuição parlamentar, deseja registrar que nós, respeitavelmente dissentes de Ss. Exas. e à guisa de informação, ou melhor dizendo, à guisa de ilustração, tenho em mãos duas revistas que se editam na minha cidade de Arapongas. Estas revistas, em suas edições de 2 de março, como o seu vínculo político é com a Aliança Renovadora Nacional, teceu, não só com relação a este mas com relação a todos os srs. Deputados, considerações que eu entendo ostensivas e porque não dizer até certo ponto caluniosas e procedi, de acordo com este entendimento que estou expondo nesta Casa. Não mou me alongar no assunto, porque a Comissão de Constituição e Justiça está esperando por mim e eu preciso aproveitar desta reunião porque tenho projetos de urgência em mãos; mas vou dizer com brevidade o que me propus. Numa edição de fevereiro: (Lendo): "O dr. Muggiati Filho, eleito pelo MDB, à Assembléia Legislativa, tomando posse no dia 1.º de fevereiro em Curitiba, aliás, cada Deputado, segundo os cálculos, irá ganhar aproximadamente oito mil cruzeiros".

Nós encaminhamos a Revista um pedido de retificação através do qual esclarecemos, que de acordo com a Constituição Federal e a Constituição Estadual, nenhum Deputado, seja na esfera federal seja na estadual, iria perceber esta soma que entendemos fantástica. Aliás, diz ainda a notícia que havia uma verba de representação.

No número seguinte, esta mesma revista publicou a nossa resposta e ao lado, numa outra página, os seus comentários, procurando justificar aquilo que ali havia dito anteriormente. Através do serviço de clichê estampou uma parte do jornal "Fôlha de Londrina", que eu acredito seja real esta reprodução, embora não a tivesse conferido, em que, citando o jornalista Araquem Távora, diz entre outras coisas: "além desta soma, ainda disporão da verba de representação pessoal que foi elevada para 30 mil cruzeiros". Vimo-nos forçados a encaminhar outra retificação, não só para responder a parte política contida nesta nota, mas, como também para reiterar aquilo que havíamos dito e mais, afirmar que não existe verba alguma de representação aos Deputados desta Casa. Isso no sentido de preservar o povo contra aquilo que nós denominamos na retificação, de "má informação".

O sr. Paulo Poli — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento) — Nobre Deputado não obstante as posições diferentes que ocupamos nesta Casa, V. Exa. na bancada gloriosa do M.D.B. e nós outros da bancada da Arena, eu vejo que o assunto que V. Exa. abordou é realmente um assunto um tanto ou quanto delicado e gostaria, em meu próprio nome, nobre Deputado, solidarizar-me com V. Exa..

O SR. MUGGIATTI FILHO — Obrigado.

O SR. PAULO POLI — Faccio a esta injustiça que estão fazendo a pessoa de V. Exa., cujo gabarito nós bem conhecemos, para que conste em Ata,

nobre Deputado, aí está o meu aparte. Se necessário for, eminente Deputado, eu estarei à disposição de V. Exa. e remeterei também a esta revista qualquer documento por mim também firmado, no sentido de preservar o nome desta Casa. Era o aparte de solidariedade que faço a V. Exa. porque afinal de contas, é um nosso colega, representante do povo com assento nesta Casa, que está sendo cruelmente injustiçado.

O SR. MUGIATI FILHO — Agradeço o aparte do nobre deputado, de quem não se poderia esperar outra coisa.

Tem o aparte o nobre deputado Xenofonte Villanueva.

O sr. Xenofonte Villanueva — Agradeço, nobre Deputado, o comportamento dos colegas em relação à minha pessoa, sei que é recíproco e verdadeiro. Se me insurgi nesta Casa, foi exatamente porque estas insinuações maldosas com os problemas físicos de um Deputado, falando em transplante de cabelos, são coisas que não se deve expor ao público, sob pena de se expor ao ridículo.

Foi procurando resguardar a atitude do parlamentar que eu me insurgi nesta tribuna. E quero neste momento, solidarizar-me também com o nobre deputado Paulo Poli, e me coloco a disposição de V. Exa. para assinar também este requerimento.

O SR. MUGIATI — Mas, sr. Presidente, srs. Deputados, se tem sido esta a maneira pela qual, eu tenho me insurgido usando da aplicação da para corrigir uma distorção, então data vênha, no ponto em que se fosse condenar a revista, sinceramente, eu estaria ao lado da Revista. Porque eu entendo que esta notícia não serve, embora ela seja condenável, por ser injuriosa, para se condenar o órgão todo. Seria o caso de se condenar a morte, o indivíduo que tivesse uma parte do corpo doente. Existe um remédio legal, sei que é difícil fazer com que ele prevaleça, mas ele existe. A verdade sempre haverá de prevalecer, por maior que seja a necessidade de esforços neste sentido. Porisso, defenderei sempre a existencia desta revista; entendo que o órgão de imprensa afinal de contas, em última análise, um órgão de existencia legal no País. Existe, como se sabe, uma lei, que é a de censura; E se as notícias passam pela censura e se existe, por outro lado, a lei 5.250 que nos atribui as garantias legais com relação a tais casos sob sua tutela, a matéria deva ser tratada. Como "O Estado do Paraná" deu uma notícia referente a bancada do MDB, que indiretamente me envolve, eu dirigi ao "O Estado do Paraná" a nota que tenho em mãos e peço licença aos nobres colegas para fazer a leitura da mesma: (lendo): "Ao tempo em que residia em Curitiba, tive grandes amigos na redação do vibrante matutino "O Estado do Paraná", então comandado por José Erik-sen Pereira e Freitas Neto. Porisso, conheci esse jornal por dentro, em sua fase inicial, e aprendi a admirá-lo e respeitá-lo. Admiração e respeito que o tempo não obscurece.

Daí, acreditar que tenha sido de todo involuntário o lapso contido na secção "Parorama", de sua edição de hoje, pelo menos com referencia ao deputado que esta subscreve, ao noticiar que o emérito líder de nossa bancada, deputado Nivaldo Krüger, teria recebido convite do senhor Governador do Estado para um encontro no Palácio Iguaçu, juntamente com os demais deputados do MDB. E que êsse convite teria sido recusado pela unanimidade da bancada do Movimento Democrático Brasileiro, com assento na Assembléia Legislativa Estadual.

Sem abordar o mérito da matéria, por entender não ser o caso, gostaria que a notícia fosse retificada.

Em verdade, tais fatos não são de conhecimento do subscritor desta, que ignora qualquer convite dessa natureza e que pode afirmar não ter havido, para tratar de tal assunto, reunião da totalidade dos integrantes da bancada do MDB.

Melhor do que eu dirá, acredito, o próprio Líder de nossa representação na Assembléia.

O pedido dessa retificação eu o faço através do brilhante jornalista que representa "O Estado do Paraná", nesta Casa, certo de que, a sua publicação é do próprio interesse daquele órgão, que sempre demonstrou seu apêgo à verdade.

E o registro nos Anais desta Casa, desta nota que tenho a honra de dirigir ao matutino "O Estado do Paraná", creio que se impõe em razão do seu próprio texto".

O sr. Xenofonte Villanueva — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Nobre Deputado, gostaria de esclarecer que se emití um voto de repúdio a imprensa falada e escrita, naquela minha presença na tribuna, neste voto de repúdio não poderia deixar de reconhecer o valor informativo e recreativo que estes elementos da imprensa estão propiciando à cultura de nosso Estado. Insurgi-me contra fatos que as palavras do nobre Deputado estão corroborando no momento, ou seja, a precipitação na informação ou a distorção dos fatos. Vemos, através das palavras do nobre Deputado, que foi publicada no "O Estado do Paraná" uma notícia sem procedência, no parecer do nobre deputado, ou seja, uma reunião para a qual teria sido convidado o MDE, pelo sr. Governador do Estado. Desconheço se houve este convite, fiquei também sabendo através das palavras de S. Exa., que por sua vez também o desconhecia, o que vem corroborar o que afirmei, da distorção que está existindo através da imprensa. A crítica que eu fiz, o repúdio que apresentei, não foi aqueles que colhem dados, nem aqueles repórteres, àquela plêiade de jovens que estão emprestando o seu esforço e a sua inteligência ao bem da imprensa, mas única e exclusivamente aqueles que são os responsáveis, aqueles que fazem as sanções, aqueles que orientam as notícias num sentido ou no outro. A crítica que faço é a êstes diretamente responsáveis pela distorção das notícias.

O sr. Antonio Belinati — V. Exa. permite um aparte (Assentimento). O requerimento de V. Exa. foi muito bem redigido e gostaríamos que V. Exa. permitisse que endossássemos também essa mensagem que V. Exa. está dirigindo através da tribuna.

O SR. MUGIATI FILHO — Agradeço ao nobre Deputado, companheiro de bancada, Antonio Belinati.

E para concluir, às vezes nobre deputado Xenofonte Villanueva, pode se dizer que nossos objetivos, embora sendo os mesmos dentro desta Casa, entre nós, nos separemos, e até nos degladiemos, mas dentro da ética parlamentar, da qual eu posso afirmar e assegurar, porque conheço V. Exa. desde os tempos do Internato Paranaense dentro da qual eu tenho a certeza que V. Exa. é um dos seus maiores executores. V. Exa. pela sua formação tem, acima de tudo, a ética a seu lado. Mas, dentro dessa ética, como estamos provando neste momento, podemos divergir de pontos de vista e eu compreendo perfeitamente sob o lado humano, a situação de V. Exa. e dos demais colegas que participam dessa opinião, ou seja, o modo com que procuram, por assim dizer, amenizar essa pressão, para usar o termo que se tem dito da imprensa. Nós, discordamos disso, não estamos com isso em absoluto, desrespeitando o direito de cada um de defender seu ponto de vista. Sabe-se que a liberdade de dizer o que se pensa vai até o limite de não ofender aquele a quem estejamos nos dirigindo. Este é um princípio universal de direito. O nosso direito termina quando começa o direito de nosso semelhante.

Agradeço ao nobre deputado Xenofonte Villanueva, uma das brilhantes expressões novas desta Assembléia Legislativa, o seu aparte, bem como os dos demais srs. Deputados que me concederam apartes.

Era, sr. Presidente, o que me cabia dizer nesta explicação pessoal. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra, para explicação pessoal, ao sr. deputado Antonio Belinati.

O SR. ANTONIO BELINATI — Sr. Presidente, srs. Deputados.

Já no epílogo desta sessão, nós queremos dizer de um assunto diferente.

Alguns jornais de Curitiba já puderam nos dar cobertura, inclusive, no setor esportivo. Somos um dos apaixonados pelo futebol. Sempre que pudemos, nas domingueiras, comparecemos aos estádios, em Curitiba, ou em nossa cidade, Londrina.

Mas srs. Deputados, entendemos que para tudo há um limite. E, hoje, ouvindo o noticiário esportivo, pelas estações de rádio, dizia o locutor de uma emissora que, em duas cidades do Paraná, onde, neste momento devem estar se realizando jogos de futebol os srs. prefeitos municipais, ao invés de uma colaboração mais estreita para com os problemas de suas respectivas comunidades, haviam decretado feriado municipal, hoje a tarde, para que o povo deixasse o trabalho e fosse aos estádios, pagasse seus ingressos e assistisse a peleja, e incentivasse o o time local.

Sr. Presidente, entendemos que a Confederação Brasileira de Desportos, deveria proibir em todo território brasileiro que houvesse qualquer jogo de futebol num dia de trabalho, num momento em que a Pátria brasileira tanto exige de seus filhos. E não é agora, num dia como o de hoje, num dia tão adequado, tão propício para o trabalho, que vemos dois prefeitos municipais, decretando feriado municipal, ignorando a própria lei federal do ex-presidente Castelo Branco, que estabeleceu que cada prefeito municipal somente poderia decretar 4 feriados municipais durante o ano. Nós temos duas datas, que praticamente exigem dois feriados: um é a sexta-feira Santa, competindo ao prefeito decretar feriado, porque não é feriado nacional; outro é o Dia de Finados, também um dia que, por força do significado da data, deve ser feriado. E há mais o caso de aniversário da cidade, ou outra data importante, não estando incluídos nos 4 feriados permitidos, é evidente, as datas nacionais e estaduais, como 1.º de maio e 7 de setembro, que são feriados nacionais.

Por isso, sr. Presidente, como aficionado do esporte brasileiro, nós não poderamos, neste momento pela nossa paixão pelo esporte chegar aqui e bater palmas a prefeitos que, ignorando a importância do trabalho, porque com um feriado municipal ele pára o comércio, ele pára a cidade, causando milhares de prejuízos para a vida daquela cidade. Geralmente esses feriados são decretados exatamente nas cidades pequenas, onde mais se necessita ainda do trabalho, no Paraná.

O sr. Muggiati Filho — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Não repare V. Exa. pelo fato de eu sair do Plenário neste momento em que V. Exa. usa da tribuna, mas há uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça a que eu deverei comparecer e estou, inclusive, retardando o início da mesma com o meu não comparecimento.

O SR. ANTONIO BELINATI — Entendemos perfeitamente o nobre de Muggiati Filho e agradecemos sua quase que desnecessária explicação. Há outros Deputados que se ausentam do Plenário quando vai chegando o final da sessão, e então, quase não se vê nenhum Deputado por aqui, quase que num desrespeito aos trabalhos que os Deputados devem aqui desenvolver. Porque o Deputado é remuneração para comparecer às sessões, do começo ao fim, salvo que haja um motivo de força maior que o obrigue a se ausentar. Mas, o que sabemos, é que nossos vencimentos são pagos para comparecermos do início ao fim da sessão.

Sr. Presidente, era o que tinha a dizer nesta oportunidade, convocando o povo do Paraná, para que unidos no trabalho, possamos ajudar nosso Estado, que tanto precisa dos paranaenses. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para amanhã dia 15, quinta feira, a Hora Regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei nr. 21-70;
3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 41-70;
2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei nr. 28-70;
1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 42-70 — 138-70 — 294/70;

Esta Presidencia comunica aos srs. Deputados que haverá uma sessão extraordinária, logo após o término da sessão ordinária, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO UNICA — da Proposição nr. 110-70;
DISCUSSÃO UNICA — da Proposição nr. 122-70.

Levanta-se a sessão.